

FEMININO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL DA MULHER. *A PRÁTICA EM MARX*

*Maria José Maurício*¹
(Investigadora independente)

1. Modos do viver social e representações do feminino

A noção de feminino e as representações do feminino não se confinam à discussão actual do tema. Radicam nas remotas formas de organização social primitiva, acompanham o progresso civilizacional e desenvolvem-se na cultura dos povos.

Ao longo da história das sociedades humanas, alterou-se o modo de produção económica e de organização política e familiar; promoveu-se a divisão social do trabalho e definiu-se a condição e o lugar da mulher e do homem na sociedade; criaram-se e recriaram-se novas formas de apreender, compreender e representar a realidade social.

Na comunidade primitiva – a Gens, onde a sobrevivência humana era prioritária, impunha-se a necessidade de partilha dos meios entre os seus membros. Coube à mulher assumir o papel de gerir os pertences e garantir o laço de parentesco, sendo a linhagem materna a única reconhecida. Por esta via, e segundo o uso da herança originária, garantia-se que os pertences eram da Gens e nela tinham de permanecer.²

Com o declínio deste modo de viver, pelo choque entre famílias e entre as classes sociais emergentes, a comunidade começou a ser agrupada por local e dominada pela ordem da propriedade. E a família, até então assente nos laços de linhagem, foi destruída e submetida totalmente ao

¹ maria.mauricio@sapo.pt.

² Friedrich. Engels, *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*, tradução de José Pedro Gomes, 2.^a edição, Lisboa, Edições «Avante!», 2002, pp. 62-63.

novo domínio. Deste modo, a ordem de sucessão e o direito materno foram eliminados e extinta a comunidade gentílica.³

No sistema escravagista, a mulher escrava era propriedade do senhor e, enquanto esposa, obedecia-lhe com deveres e sem direitos, conforme os costumes e as leis que passaram a regulamentar as relações familiares, o poder parental, os direitos de sucessão e herança, relegando a esposa para um plano de subalternidade.⁴

Em sentido oposto à realidade da situação da mulher, as representações religiosas e mitológicas do feminino, fruto da imaginação dos humanos, apresentavam-se com poderes sobrenaturais e eram adoradas pelos seus seguidores, que a elas recorriam no sentido de desvendar mistérios sobre a natureza e o mundo que não compreendiam, ou granjear o benefício dos seus poderes sobre-humanos para mudar a sua sorte.

Deusas e sacerdotisas detentoras de poderes fantásticos, enaltecidas pela perfeição e sabedoria, influenciavam as emoções e as acções dos humanos, intervindo nas instituições do poder, nas relações ético-políticas, nas decisões sobre a guerra e a paz.

As figuras míticas femininas eram, por vezes, apresentadas como exemplos de grande força de carácter e de heroísmo. Nas tragédias gregas, são protagonistas célebres – como nos indica Hegel, ao evocar o mito de *Antígona* como exemplo de amor fraternal e de coragem cívica, ao opor-se à decisão do soberano Creonte, que ameaçava de morte quem ousasse sepultar seu irmão, Polínicos, considerado inimigo da cidade:

Tudo está nesta tragédia: a lei pública do Estado em oposição ao amor filial íntimo. [...]. De tal lei, só inspirada pelo bem público do Estado, não quer saber Antígona, e como irmã, apenas movida pelo piedoso amor fraternal cumpre o dever sagrado da sepultura. Ao fazê-lo, invoca os deuses sagrados que venera, os deuses subterrâneos do Hades, deuses interiores do sentimento, do amor, do sangue, e não deuses manifestos da vida consciente do povo e do Estado.⁵

Resistindo à prova do tempo, esta e outras figuras mitológicas continuam a ser evocadas como modelo ético nas relações sociais e

3 *Ibid.*, pp. 68-71.

4 Yan Thomas, “A divisão dos sexos no direito romano”, in *História das Mulheres no Ocidente. A Antiguidade*, Vol. 1, tradução de Maria Helena da Cruz Coelho et al., Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp., 127-132.

5 G. W. F. Hegel, *Estética*, tradução portuguesa Álvaro Ribeiro e Orlando Vitorino, Lisboa, Guimarães Editora, 1993, p. 261.

políticas, permanecendo no imaginário colectivo, através da literatura e das artes, e disseminadas na cultura ocidental.

Seguindo o curso da História, na Idade Média, o sistema feudal introduziu transformações na sociedade e definiu as relações entre as classes sociais e as novas instituições. Coube à Igreja Católica, com o reconhecimento do cristianismo como religião oficializada, o domínio espiritual e do pensamento da época.

Os dogmas da Igreja sobre o bem e o mal serviam como critério valorativo para aferir a conduta moral e os traços de carácter, sobretudo em relação à conduta da mulher, que tinha na imagem de «Nossa Senhora», a «Virgem mãe», o símbolo de pureza.⁶

A mulher, segundo a sua origem de classe, permaneceu submetida ao domínio senhorial, ao poder marital e, no plano espiritual, sob o controlo da Igreja, que lhe garantia o estatuto de subalternidade: a mulher inferior ao homem, ele forte e ela fraca, ele o protector, ela a protegida. Era a vontade de Deus, assim se dizia. Na prática, era o domínio do mais forte sobre o mais fraco, neste caso a mulher.

Apesar da posição de inferioridade a que estavam submetidas, algumas mulheres sobressaíram pela sua obra e pela sua acção, tanto no plano cultural como na intervenção da emergente ciência experimental – a alquimia. Mas elas não tiveram o devido reconhecimento, comparativamente àquele que foi dado aos pensadores e alquimistas da época.

No plano teológico, destaca-se Hildegarda de Bingen, autora da obra *Scivias*,⁷ e as posições críticas de Catarina de Siena e Brígida da Suécia,⁸ que ousaram reivindicar a sua liberdade de expressão, no seio do clero. Quanto às práticas relacionadas com a alquimia, considerada pioneira da ciência experimental, e praticada por homens ilustres, foram desclassificadas e apelidadas de heresia, quando praticadas por mulheres, estabelecendo-se uma relação directa entre ser mulher (vulnerável e fraca) e feiticeira (que fazia pactos com o demónio) – e, logo, herética, pecado que o Tribunal do Santo Ofício se encarregou de redimir.⁹

Em séculos de civilização, apesar dos avanços científicos e culturais

6 Jacques Dalarun, “Olhares de clérigos”, in *História das Mulheres no Ocidente. A Idade Média*, VOL.2 tradução de Maria Helena da Cruz Coelho *et al.*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 39-45.

7 Maria Leonor Xavier, “Hildegarda de Bingen. As suas visões e as suas razões”, in *Penar no Feminino*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 189.205.

8 Maria José Maurício, “A feiticeira e o feminino nos séculos XV-XVII”, in *Pensar no Feminino*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 121-132.

9 *Ibid.* pp. 121-132.

e da expansão da Europa pelo mundo, a emancipação da mulher era algo impensado. Ela permanecia no universo fechado da família, ligada à terra, à pequena indústria artesanal, ao comércio local, e sempre submetida ao domínio masculino, limitada na sua liberdade, nos seus direitos de cidadania e no seu desenvolvimento pessoal.

Mas a terra move-se, como Galileu mostrava cientificamente, no século XVII. Uma promissora classe política em ascensão lançava uma nova ordem económica, revolucionando as estruturas sociais que sustentavam o sistema feudal e preparando-se para mover o mundo.

As revoluções no século XVII e XVIII, pelas quais a burguesia ascendeu ao poder político e o capitalismo se tornou sistema económico dominante, introduziram alterações profundas na América e na Europa: povos colonizados tornaram-se independentes, monarquias foram apeadas do poder, erigiram-se regimes republicanos e consagraram-se direitos de cidadania. As sociedades abriram-se à construção da democracia em liberdade, mas nem todas as classes sociais conquistaram a igualdade de direitos por que lutavam.

A Revolução Americana, em 1776, na qual as mulheres se destacaram, pela sua intervenção na luta pela independência, libertou os povos colonizados da poderosa Inglaterra colonial, erguendo um novo país independente, democrático e livre. Mas a igualdade de direitos não foi universal: a mulher não conquistou de imediato o direito ao voto e a escravatura só foi abolida em 1863.

Quanto à Revolução Francesa, em 1789, contou com uma ampla participação feminina, muito importante tanto no plano da conspiração antimonárquica como nos levantamentos populares a favor da causa republicana que conduziram à revolução. Mas a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão não incluiu o direito de voto da mulher.

Na defesa dos direitos universais, proclamados no ideal «Liberdade, Igualdade, Fraternidade», algumas vozes se ergueram. Entre essas vozes estão as de Condorcet, com a publicação do escrito *Sur l'admission des femmes au droit de cité*, em 1790, e a de Olímpia de Gouges, através da *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*, reclamando os direitos políticos e jurídicos universais.¹⁰

Os direitos consagrados na nova ordem jurídica, como consequência das revoluções vitoriosas, não foram iguais para ambos os sexos e para todas as classes sociais. A exploração do proletariado continuou,

10 Élisabeth G. Sledziewski, “Revolução Francesa. A Viragem”, in *História das Mulheres no Ocidente. O Século XIX*, vol. 4, tradução de Maria Helena da Cruz Coelho et al., Porto, Edições Afrontamento, 1991, pp. 42-54.

enquanto a burguesia aumentava os seus privilégios. O antagonismo entre exploradores e explorados intensificou a luta de classes. Para a defesa dos seus direitos, os trabalhadores criaram organizações sindicais e partidos políticos. Um intenso combate político e um profundo debate ideológico dominaram a sociedade do século XIX, debate esse a que os pensadores da época não ficaram alheios.

Marx e Engels acompanharam as lutas de classes desenvolvidas por toda a Europa e na América, dando-nos a conhecer esses acontecimentos através das suas obras, entre as quais o *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848.

No Manifesto, os seus autores analisam os impactos sociais da revolução industrial e o funcionamento do sistema capitalista segundo uma concepção científica – o materialismo dialéctico dos processos históricos.

A doutrina expressa nesse documento foi para os trabalhadores um guia de acção teórico e prático fundamental, porquanto denunciava a sociedade burguesa, baseada na divisão de classes antagónicas, e os objectivos da ideologia dominante, permitindo uma melhor compreensão dos mecanismos de exploração do proletariado pelo capital.

Mas foi também um importante recurso de formação para a tomada de consciência de milhões de assalariados, homens e mulheres, de que a luta contra o capital exigia a sua organização e unidade, em sindicatos e organizações políticas, e com um desígnio ético de classe: transformar o sistema capitalista, acabar com a exploração do homem pelo homem, construir o socialismo.¹¹

2. A sociedade capitalista e a emancipação da mulher – traços

A consolidação do capitalismo criou novas estruturas económicas e sociais, transformando a vida das sociedades – nomeadamente o papel social da mulher, cujo estatuto herdado da Idade Média já não se ajustava aos desígnios do novo sistema dominante.

Por um lado, havia a necessidade do capital de promover a entrada massiva da mulher no processo produtivo, engrossando as fileiras do proletariado nascente, como força de trabalho recrutável e mão-de-obra lucrativa. Por outro lado, o cosmopolitismo da sociedade burguesa já não podia evitar a participação activa no espaço público da mulher burguesa, instruída e culta, exigindo direitos de cidadania e participação no poder político, em igualdade com o homem da sua classe social.

11 K. Marx/F. Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, tradução dirigida por José Barata-Moura, Lisboa, Edições «Avante!», 1997.

A produção industrial em grande escala, em sectores como a indústria têxtil, absorveu quase na sua totalidade operárias, que laboravam em condições de trabalho deploráveis, por vezes até doze horas diárias, e muitas vezes acompanhadas pelos filhos menores. A situação desumana a que estavam sujeitas levou-as a reivindicar os seus direitos, através de lutas muito difíceis, por uma vida com dignidade.

Quanto às mulheres da classe burguesa, que aspiravam à sua independência familiar, a participar no espaço público e a ascender ao poder político, tinham como prioridade a conquista de direitos cívicos e políticos.

Para defender os seus interesses e resolver os problemas que as afectavam, elas organizaram-se e deram origem a diversos movimentos. Na Alemanha, por exemplo, surgiu o Movimento Internacional das Mulheres Socialistas, que reclamava direitos para as operárias, nomeadamente salários justos, horários de trabalho de oito horas diárias e melhores condições de trabalho. Por toda a Europa e nos Estados Unidos da América, desenvolvia-se o Movimento Sufragista, reclamando o direito de voto para as mulheres.

Clara Zetkin, secretária do Movimento das Mulheres Socialistas, teve um papel muito importante no despertar da consciência das operárias, exortando-as a prosseguir a luta reivindicativa em unidade com os trabalhadores da sua classe social. Intervindo no Congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha, em 1896, dizia:

A questão das mulheres só está presente nas classes da sociedade que são, elas próprias, resultado do modo de produção capitalista.

Milhões foram então forçadas a encontrar o seu sustento e um sentido para as suas vidas fora das suas famílias [...]. Nesse momento, tomaram consciência do facto de que a sua ausência social de direitos era oposta aos seus interesses mais básicos. Foi a partir desta altura que começou a existir a moderna questão das mulheres.¹²

A «questão das mulheres» passou a ter visibilidade pública e importância política, mas mostrou ao mesmo tempo que elas não estavam todas no mesmo plano, nem tinham o mesmo ponto de partida.

Os objectivos por que lutavam, sendo universalmente justos, eram assumidos de forma diferente: as expectativas e anseios proclamados pelo movimento sufragista, que lutava pelo direito de voto, não era coincidente com as necessárias e fundamentais reivindicações económicas das operárias, como afirmava Clara Zetkin:

12 Organização das Mulheres Comunistas, *Clara Zetkin e a luta das mulheres. Uma atitude inconformada, um percurso coerente*, Lisboa, Edições «Avante!» 2007, pp. 45-46.

A luta de libertação da mulher proletária não pode ser semelhante à luta que as mulheres burguesas desenvolvem contra os homens da sua classe. Pelo contrário, deve ser uma luta conjunta com os homens da sua classe contra a classe inteira de capitalistas.¹³

Segundo a autora, os problemas das operárias não seriam solucionados pelo sistema capitalista. A solução passava pela transformação social, isto é, por uma revolução que instaurasse a «sociedade socialista».¹⁴

A Revolução de Outubro, em 1917, na Rússia, onde o socialismo foi proclamado, veio a confirmar as transformações que se operaram na condição social da mulher. A nova sociedade, que erradicou a exploração do homem pelo homem e instituiu a propriedade colectiva dos meios de produção, garantindo o trabalho certo e o emprego estável, tornou possível implementar a igualdade entre os sexos em todas as esferas do viver social, alcançando a mulher um grau de independência económica, social e pessoal nunca antes conseguido.

No entanto, os direitos de igualdade plena que as mulheres conquistaram no socialismo não foi um fim em si mesmo, que de imediato lhes conferiu a integral emancipação social. Essa conquista foi o início de um processo de libertação, só possível pelo acesso ao trabalho, à educação e à cultura, em igualdade com o homem. Ao mesmo tempo que a sociedade se transformava, também as mentalidades se foram libertando de preconceitos ancestrais sobre o papel social da mulher, como se mostra na seguinte passagem:

As velhas concepções de vida prendem ainda o espírito da mulher que busca a sua libertação. O antigo e o novo encontram-se em contínua hostilidade na alma da mulher. Logo, as heroínas contemporâneas têm de lutar contra um inimigo que apresenta duas frentes: o mundo exterior e as suas próprias tendências, herdadas de suas mães e avós.¹⁵

No plano histórico e social, são inegáveis os avanços que o socialismo promoveu com vista à igualdade de direitos entre mulheres e homens. E foram referência para muitos as reformas sociais nos países capitalistas,

13 *Ibid.* p. 46.

14 Só a sociedade socialista resolverá o conflito que actualmente é produzido pela actividade profissional das mulheres. A luta emancipadora das proletárias é dominada pela luta de classes, *Ibid.*, p. 46.

15 Alexandra Kolontay, *A nova mulher e a moral sexual*, Porto, Gráfica Firmeza, 1975, pp. 14-15.

que construíram a social-democracia e o Estado social, após a Segunda Guerra Mundial.

Nesses países, consagraram-se na lei direitos de igualdade entre os sexos. E a mulher trabalhadora, por via da sua intervenção e luta, conquistou novas reivindicações laborais e sociais, nomeadamente relativas aos direitos de maternidade e de paternidade. Em geral, elas alcançaram direitos políticos, chegando ao parlamento e ao desempenho de cargos de decisão ao mais alto nível da governação, mas não se extinguiu a exploração das trabalhadoras, nem as desigualdades sociais, nem as discriminações em razão do sexo e outras, que continuam como marca identitária do sistema de exploração capitalista.

Por todo o mundo, sempre que as revoluções para depor ditaduras instaladas ou para libertar os povos do colonialismo triunfaram, a situação social da mulher melhorou. E, nalguns casos, a sua vida foi transformada radicalmente, como aconteceu com o 25 Abril de 1974, em Portugal.

A revolução de 25 de Abril foi dirigida pelo Movimento das Forças Armadas/MFA e derrubou o regime ditatorial que governava o país, há quase meio século, restituindo as liberdades fundamentais ao povo português. Um novo tempo se inaugurava, proclamado no Programa do MFA, sob o lema: «Democratizar, Descolonizar, Desenvolver». A ditadura caiu; a guerra colonial terminou; a independência dos povos colonizados concretizou-se; e o viver dos portugueses, nomeadamente a condição social da mulher, sofreu profundas alterações.

Na transformação radical que se estava a operar no país, as mulheres perceberam o movimento da história e quiseram ser construtoras do Portugal novo. Logo que souberam que os militares estavam na rua, não mais sossegaram.

Não aguardaram que o MFA concluísse o desmantelamento do regime. Saíram à rua para apoiar os militares, que viravam uma página da História do país.

Não esperaram que as leis que as oprimiam e secundarizavam como cidadãs, que as lançavam na luta clandestina, por não terem liberdade para defenderem os seus direitos, fossem decretadas nulas. Ergueram a voz e saudaram a liberdade, ombreando com os homens na abolição da ditadura.

Não estiveram junto das prisões apenas para exigir que o amigo, o familiar, ou o companheiro fossem libertados. Saíram com eles pelas portas das cadeias do fascismo, onde tinham sido encarceradas, por transgredirem a ordem das coisas e lutarem pelo pão e pela liberdade.

Ergueram-se lado a lado, com os seus companheiros de luta e de vida, lançando mãos ao trabalho de construção de um país novo, com emprego

e segurança, onde a igualdade de deveres e direitos para todos os cidadãos não fosse palavra vã.

Combateram a contra-revolução, defendendo a liberdade e os interesses económicos do país, e participaram no dismantelamento das estruturas do regime ditatorial, lutando pela promulgação de uma Constituição progressista, que consagrasse as conquistas da revolução, erigindo o Estado social democrático, tendo no horizonte o socialismo.

Do espírito da época nos dá conta Fátima Sanches, na obra *O 25 de Abril e a Educação*:

As escolas viveram o espírito do tempo e “deram voz à revolução”. Traçaram caminhos novos e ergueram “do nada” uma outra. Possibilitaram um tempo de novos valores sociais e aprendizagens profissionais. Ao contrário do que as “vozes de direita” faziam crer, foi um tempo fecundo para alunos e professores.

[...]

A escola moveu-se no sentido da educação para a cidadania, de facto. O projecto educativo das escolas deste país, o projecto comum, foi educar cidadãos para uma vivência democrática e todos nós aprendemos uns com os outros.¹⁶

Nos caminhos da revolução, as mulheres portuguesas aprenderam “umas com as outras”, transformando o país e o seu destino, herdado do obscurantismo e da opressão. E teceram os trilhos para a sua emancipação social, que hoje percorrem, cumprindo e defendendo o que conquistaram com a *Revolução dos Cravos*: decidir o rumo das suas vidas, tomá-lo nas suas próprias mãos.

3. A prática em Marx

Este breve estudo, acerca da condição social da mulher na sociedade ocidental, teve por base a minha interpretação da oitava das «Teses» de Marx sobre Feuerbach:

O viver social é essencialmente *prático*. Todos os mistérios que desviam [*verleiten*] a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional

16 Maria de Fátima Chorão Sanches, “Ser Professor nas Escolas de Abril: Contextos e Textos da Praxis Revolucionária”, in Joaquim Pintassilgo (Org.), *O 25 de Abril e a Educação. Discursos, Práticas e Memórias Docentes*, Lisboa, Edições Colibri, 2014, pp. 42-43.

[*rationelle Lösung*] na prática humana e no conceber [*im Begreifen*] dessa prática.¹⁷

O enunciado descrito, composto por duas proposições, encerra a ideia geral para a compreensão da perspectiva que apresento.

Sobre a primeira proposição, entendo que o viver dos humanos é, como diz Marx, «*essencialmente prático*». Viver é estabelecer relações sociais entre pessoas e instituições, que nos processos históricos se concebem, desenvolvem e transformam. É um processo socialmente dinâmico, sujeito a transformações, contraditório quanto aos interesses pessoais e de classe que estão em jogo, diverso e divergente quanto aos objectivos que os seres humanos definem para serem livres, emancipados, felizes.

Ele é «*essencialmente prático*» porque é concebido como um movimento dialéctico, a matéria que dá consistência ao agir para a transformação social.

Quanto à segunda proposição, Marx refere-se à ideia de Feuerbach segundo a qual o «misticismo» se resolveria pela sua clarificação consciente e «na consciência». Marx, por sua vez, defende que para *transformar* a realidade material é *indispensável «ir fora»* da consciência e compreender as razões que conduzem ao misticismo.¹⁸

Para uma «solução racional», isto é, para desmontar ou desmistificar uma ideia fantasiosa, fruto da imaginação humana, é necessário conhecer as causas que a promovem, definir claramente a forma e o conteúdo da acção a empreender. Tal esforço exige um agir «*essencialmente prático*», ou seja, uma acção transformadora.

O conteúdo da tese 8 faz todo o sentido e, a meu ver, indica uma abordagem possível no plano epistemológico: permite identificar os problemas, as suas causas e as conexões contraditórias que as movem, nos contextos históricos e sociais em que se desenvolvem; e aponta caminhos que podem perspectivar soluções.

Como resultado deste estudo, e tendo como objectivo contribuir para um debate permanente e crítico, retenho a seguinte nota indicativa: o combate contra a discriminação da mulher e a eliminação das representações culturais que conduzem a preconceitos negativos, tendo como objectivo alcançar a sua emancipação, não dispensa o conhecimento do agir dialéctico para a sua concreção – ou seja, a *prática*.

17 José Barata-Moura, *As Teses das «Teses». Para Um Exercício de Leitura*, Lisboa, Edições «Avante!», 2018, p. 26.

18 *Ibid.*, p. 489.

A emancipação social da mulher, no sentido em que ela representa a sua independência económica e realização pessoal integral, não está efectivada. Apesar dos avanços em matéria de direitos de igualdade e de cidadania entre os sexos, e de a mulher ter hoje um estatuto social mais igualitário, estes avanços civilizacionais estão em risco de se perder face aos retrocessos sociais em curso, através de novas formas de escravatura, de exploração laboral e pessoal e de discriminações diversas.

Pela sua natureza lucrativa privada, e pela propensão para reduzir os seres humanos a “mercadorias”, o capitalismo não tem solução para a erradicação das desigualdades e injustiças sociais. Elas são perpetuadas, como se mostrou neste trabalho, e a solução da emancipação da mulher passa pelo combate contra o sistema. Mas este combate não é uma questão individual. Ele é social, político e ideológico. Exige unidade e a organização de todas as pessoas, mulheres e homens, que lutam contra o fim de um sistema de exploração injusto e humanamente inaceitável.

No plano ideológico, é importante desmontar as ideias adulteradas que subsistem, segundo as quais as causas das desigualdades e discriminações em função do sexo são essencialmente comportamentais, devidas a preconceitos enraizados nas mentalidades, associados à dominação e instrumentalidade masculina – uma dominação que opõe a “superioridade” masculina à “inferioridade” feminina, associada à submissão e à fragilidade.

A constatação do facto (a discriminação da mulher), no plano empírico, é condição necessária, mas não suficiente para erradicar o problema. Só conhecendo as causas que o determinam se pode chegar à sua compreensão e à transformação da realidade.

Noam Chomsky, na obra *A democracia e os mercados na nova ordem mundial*, que revela alguns aspectos do funcionamento da sociedade capitalista na sua fase actual, dá-nos conta de como se movem as forças poderosas ligadas ao negócio e de como elas determinam comportamentos pessoais:

[...] por meio das gigantescas instituições de propaganda organizadas e dirigidas pela comunidade internacional dos negócios, metade da qual é norte-americana, e que aplica uma quantidade enorme de capital e energia na tarefa de converter as pessoas em átomos consumidores e instrumentos de produção obedientes (quando têm a sorte de encontrar trabalho), isoladas umas das outras e privadas até de qualquer conceito do que possa ser uma vida humana decente [...].

Há que esmagar os sentimentos humanos normais, os quais são incompatíveis com uma ideologia que está engrenada para satisfazer as

necessidades do privilégio e do poder, que celebra o lucro privado como valor humano supremo e que recusa às pessoas outros direitos [...].¹⁹

São palavras esclarecedoras, que mostram como os tão apregoados «Direitos Humanos» são pervertidos pelas práticas do «lucro privado», num mundo que se diz livre e democrático, nos Estados que se dizem de direito e de justiça, mas onde as pessoas contam cada vez menos. Palavras que incentivam a um combate permanente pela emancipação da mulher e de todos os seres humanos.

Neste percurso, mulheres e homens, em destinação comum, terão de caminhar juntos, ombreando as armas da razão que lhes assiste, num tempo em devir histórico e em luta permanente, que se renova em diversificadas formas e duras batalhas, mas com a imensa alegria de quem sente a confiança de estar hoje a construir o futuro de uma humanidade emancipada.

RESUMO

O texto que apresento incide sobre as representações culturais do feminino e as práticas de exploração da mulher, que se manifestam na cultura ocidental, na sociedade e no trabalho, através de conceitos deformados e mecanismos discriminatórios, num quadro de relações de produção capitalista.

Num longo percurso histórico, de confronto entre o capital e o trabalho assalariado, o processo de emancipação social da mulher tem sido objecto de debate e reflexão, nomeadamente através de uma abordagem materialista e dialéctica, mantendo toda a actualidade no plano político e ideológico.

Tomando como referência as «Teses sobre Feuerbach», de Marx pretendo contribuir para a reflexão do tema, partindo da tese 8, onde se enuncia: «O viver social é essencialmente *prático*», mostrando a pertinência das teses do autor sobre relações sociais de classe no viver humano, a sua ligação com as questões do feminino e a condição social da mulher na sociedade contemporânea.

19 Noam Chomsky, *A democracia e os mercados na nova ordem mundial*, tradução de Manuela R. Miranda Lisboa, Edições Antígona, 2000, pp. 85-86.

Do meu ponto de vista, o contributo do pensamento de Marx permite contextualizar a questão, perspectivar horizontes de orientação teórica e prática, chegar à compreensão do problema e contribuir para o exercício de uma *prática* transformadora, tendo em vista a emancipação social do ser humano.

Palavras-chave: Dialéctica – Emancipação – *Prática* – Representação – Trabalho

ABSTRACT

The present text focuses on the cultural representations of the feminine and on feminine exploitation practices in Western culture, labour and society, through deformed concepts and discriminatory mechanisms within a framework of capitalist production relations.

Throughout history, and in light of the confrontation between capital and wage labour, women's social emancipation has been the subject of debate and reflection, in particular through a materialist and dialectical approach, whose political and ideological implications are still relevant today

Using as reference Marx's "Theses on Feuerbach", I intend to contribute to the reflection on this theme, starting from thesis 8, which states that "social living is essentially *practical*". My aim is to demonstrate the pertinence of Marx's thesis with regard to social class relations, and its connection with the issues of the feminine and the social status of women in contemporary society.

In my view, Marx's contribution can help contextualize the feminine question, conceptualize key theoretical and practical aspects, arrive at an understanding of the problem and contribute to a transformative practice, aiming at the social emancipation of human beings.

Keywords: Dialectics – Emancipation – *Practice* – Representation – Labour